



PEÇA COMO FALAR AOS LEÕES?
HOJE, AMANHÃ E SEXTA, ÀS 19h, NO SINDICATO



O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7847 | Salvador, de 24.01.2020 a 26.01.2020

Presidente Augusto Vasconcelos

MANOEL PORTO



Caiu o número de categorias que conseguiram aumento real. Mas, graças ao acordo bianual, os bancários garantiram índice acima da inflação



RESISTÊNCIA

**Santander
prejudica os
bancários**

Página 2

Defenda a Funcef

Hoje, Dia Nacional do Aposentado, os empregados da Caixa protestam em defesa da Funcef, ameaçada pelo governo e o sistema financeiro, que querem tirar os participantes da gestão dos fundos de pensão. Página 3



Autoritário, Santander muda atendimento

Sindicato vai fazer protesto contra a medida unilateral

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

A ATUAL gestão do Santander dá a cada dia provas de desrespeito aos funcionários. Sem qualquer consulta aos bancários ou ao movimento sindical, o banco espanhol alterou o horário de atendimento gerencial.

Os trabalhadores tomaram conhecimento da mudança por meio de um comunicado. O horário de atendimento dos caixas foi mantido entre 10h e 16h. No entanto, o tempo do atendimento gerencial aumentou e passou a ser entre 9h30 e 16h30 nas uni-

dades padrão, das 9h às 17h, nas agências *Select* e pontos de atendimento (PAs).

A atitude desrespeita o compromisso assinado pelo Santander de discutir mudanças desta natureza com as entidades sindicais. Vale lembrar que, de acordo com norma do Banco Central, fica estabelecido o horário mínimo de atendimento ao cliente de 5 horas, mas não há definição de horário máximo. Além disso, o artigo 224 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e a CCT (Convenção Coletiva dos Bancários) especificam a jornada da categoria.

O Sindicato dos Bancários da Bahia não é contra a ampliação do atendimento, desde que haja contratação para suprir a demanda. Mas, a entidade repudia a atitude do Santander de não dialogar com o movimento sindical.

JOÃO UBALDO - ARQUIVO



Para o Sindicato, atendimento ampliado só com o aumento nas contratações. Sobrecarga não dá

CEBB avalia ações e prepara agenda

PREPARAR a agenda de trabalho para este ano e avaliar as ações de 2019. Com estes objetivos, a CEEB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil) se reúne na quarta e quinta-feira, em São Paulo.

Devem participar da reunião, os membros efetivos da CEEB, indicados pelos sindicatos e federações de todo o país. A atividade é importante, sobretudo, no momento que o Banco do Brasil sofre ameaças de privatização e vem paulatinamente sendo desmontado.

Regras de segurança bancária em foco

PREZANDO pela proteção da categoria e dos que realizam operações nas agências físicas, o movimento sindical reivindicou a uniformização das regras de segurança bancária e de transporte de valores. Hoje são distintas em cada estado e município brasileiro.

Disposta através da PEC 8/2018, a proposta já está pronta para votação em plenário. Se aprovada, caberá somente à União definir as regras de segurança

dos bancos, padronizando produtos, serviços, rotinas, processos, instalações e equipamentos, com um mínimo de falhas e impactos negativos.



As regras sobre a segurança bancária podem ser federalizadas

Pan vai pagar PPR até dia 28 de fevereiro

O PAGAMENTO do PPR (Programa Próprio de Remuneração) dos funcionários do banco Pan deve ser creditado até o dia 28 de fevereiro em parcela única, descontando os adiantamentos previstos na CCT (Convenção Coletiva de Trabalho).

Após negociação com a empresa, o valor compensado será menor do que a regra anterior. O percentual será de somente 45% do salário, já que a regra básica da PLR 2019 prevista na CCT prevê o pagamento de 90% do salário base, acrescido de verbas fixas de natureza salarial mensal, mais um valor fixo de R\$ 2.457,29, com teto de R\$ 13.182,18.

Receberão o PPR os bancários que trabalharam durante todo o exercício de 2019, inclusive os desligados, excluindo apenas os dispensados por justa causa durante o período.

Já quem trabalhou por período igual ou inferior a quatro meses ao longo do ano passado ou que obteve uma nota 1 na avaliação de desempenho (metas quantitativas têm um peso 70% e a avaliação qualitativa de 30%) terá direito ao piso de R\$ 2.648,73. Os funcionários que trabalharam acima deste período, o valor será proporcional, ficando garantido, no mínimo, o piso, sendo que o máximo são 15 salários nominais.

O funcionário também vai receber a parcela adicional da CCT a ser calculada pelo Pan.

Luta em defesa da Funcef, hoje

Sindicato realiza manifestação na agência Iguatemi

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

HOJE, quando se celebra o Dia Nacional do Aposentado, os empregados da Caixa se mobilizam em defesa da Funcef. Em Salvador, o Sindicato dos Bancários da Bahia realiza manifestação na agência Iguatemi, a partir das 9h.

Durante o Dia de Luta em defesa da Funcef, os bancários protestam contra as investidas do governo e do sistema financeiro para retirar os participantes da gestão dos fundos de pensão.

Em 20 de dezembro passado, o CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar) aprovou resolução que acaba



com a eleição para diretoria das entidades fechadas de Previdência Complementar. No entanto, o pleito eleitoral dos fundos de pensão só será extinto caso a Funcef altere o estatuto.

O governo quer acabar com a governança conseguida a partir da democratização dos fundos de pensão. O atual estatuto,

conquistado após muita luta em 2007, tem de ser defendido pelos empregados da Caixa.

Em 2006, os trabalhadores garantiram o direito de eleger 50% dos diretores dos fundos de pensão. Além disso, quando houver investimentos muito altos; mudança nos regulamentos, ou criação e alteração

de planos; mudança do estatuto; e caso se cogite em retirada de patrocínio ou exoneração de algum diretor, para aprovação, são necessários quatro votos entre os seis conselheiros.

CGPAR 25

Outra bomba que cai no colo dos trabalhadores é a CGPAR 25, que estabelece diretrizes e parâmetros para as empresas estatais federais, como a Caixa, em relação ao patrocínio de planos de benefícios de previdência complementar.

A CGPAR 25 tem poder sobre a Caixa, não a Funcef. Para que haja mudança no regulamento do Não Saldado e a resolução seja implantada na Fundação, é preciso que se tenha a maioria simples na votação no Conselho Deliberativo. Caso aconteça, os conselheiros eleitos estariam traindo os participantes.

INSS prorroga o convênio até junho

EM ATENDIMENTO ao pedido do movimento sindical, a Previdência Social confirmou a prorrogação do convênio INSS/CAIXA/FUNCEF até junho deste ano.

De acordo com o ofício assinado pelo presidente da Funcef, Renato Villela e o diretor de Benefícios, Délvio Brito, a ampliação do prazo permitirá a discussão de uma alteração legal no artigo 117 da Lei 8.213/91, que trata de acordos de cooperação técnica entre fundos de pensão e INSS.

Segundo a Fundação, há uma negociação com a Previdência Social, que inclui o fornecimento da base de dados atualizada das contas bancárias cadastradas na Caixa.

No final de 2019, o INSS comunicou às entidades fechadas de Previdência Complementar que seriam encerrados os convênios de provisionamento de benefícios.

ANDERSON VIEIRA - AGÊNCIA SENADO



INSS havia encerrado convênio no final do ano

Sindicato e Agecef debatem reestruturação

O GOVERNO promove um verdadeiro desmonte na Caixa, para justificar a privatização, primeiro sucateia o banco. O anúncio de reestruturação na rede com impactos nos cargos de gerentes, tesoureiros e caixas deixou os empregados apreensivos. Para discutir a mudança, o Sindicato dos Bancários da Bahia e a Agecef-BA (Associação de Gestores da Caixa) fazem reunião com os trabalhadores, na segunda-feira, às 18h30, no auditório da entidade.

Anunciada no início de dezembro do ano passado, a reestruturação altera a rede de atendimento, aplicando a verticalização de todos os gerentes, além de ampliar a segmentação e criar o conceito de "gestão operacional" nas agências.

A função de tesoureiro seria extinta, dando lugar para a criação do gerente operacional e acesso por PSI (Processo Seletivo Interno), acumulando função para o bancário sem aumento salarial. Outro risco da reestruturação é o descomissionamento em massa dos caixas.

A reunião das duas entidades serve para alertar os bancários de toda a base sobre os prejuízos das mudanças impostas pelo governo e a direção da empresa. O desmonte promovido pela equipe de Bolsonaro inclui



Reestruturação mexe nos direitos dos bancários

também a venda de subsidiárias da Caixa, como a área de seguros e cartões. Neste momento, resistir é fundamental ou o único banco 100% público, patrimônio do povo, deixará de existir.

Crise dificulta as campanhas

Os bancários estão entre os que tiveram reajuste salarial

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

EM 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, muitos trabalhadores não tiveram reajuste salarial. De acordo com os dados do Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). No ano passado, a proporção ficou em 49,4% de correções acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O patamar despencou na comparação com o ano anterior, em 2018, quando foi registrado o índice de 75,5%. A justificativa se dá à aceleração do indicador na passagem de um ano a outro. A previsão para este ano é a permanência da dificuldade de obter reajustes maiores do que a inflação.

Apesar dos dados, vale ressaltar que os bancários, diferentemente da maioria das categorias, tiveram dois anos consecutivos de aumento real, fruto da Convenção Coletiva de Trabalho, assinada em 2018, com validade de dois anos.

Os banqueiros e o governo im-

puseram dificuldades na campanha salarial, mas a força da mobilização e a estratégia adotada pelo

Comando Nacional foram capazes de dobrar os patrões e garantir ganho real para a categoria.

MANOEL PORTO - ARQUIVO



Campanha de 2018 conquistou acordo bianual que garantiu ganho real

SAQUE

Rogaciano Medeiros

SÓ DESORDEM Mais provas de que o Brasil é hoje um país sem lei. Quem tem poder faz o que quer e bem entende. Lava-jatista assumido, Fux aproveita por estar de plantão no STF e suspende o juiz de garantias. Atropela o Legislativo, o Executivo e a presidência da corte. Arbitrariamente, Bolsonaro manda a Receita Federal perseguir atores globais. O caos institucional favorece o autoritarismo.

É TRICAMERAL Na opinião do escritor Marcelo Semer, membro da Associação Juizes para a Democracia, ao suspender o juiz de garantias Fux inaugura o sistema tricameral. “A lei tem de ser aprovada na Câmara, no Senado e no STF”. Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara Federal, considerou a decisão “desnecessária e desrespeitosa para com o Parlamento”.

DEU DEFEITO Para refletir, cuidadosamente. Hoje, no STF, os dois ministros que mais defendem o lavajatismo, o Estado policial, punitivista - Luiz Fux e Roberto Barroso - foram indicados por Dilma. Pois é, os ditos conservadores - Celso Mello, Marco Aurélio e Gilmar Mendes - têm sido os mais garantistas, defensores do Estado de direito, junto com Lewandowski.

MAIOR SUJEIRA Ironia do destino. Eleito com a bandeira do combate à corrupção, o governo Bolsonaro ficou entre os mais corruptos do mundo em 2019, segundo a conceituada ONG Transparência Internacional. O relatório destaca denúncias por crimes de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, entre muitos outros. Flávio é citado diretamente.

EM MOVIMENTO A postura do governador do Maranhão, Flávio Dino, de assumir as articulações nacionais por uma ampla frente de resistência democrática ao neofascismo, e a aliança do PDT com o DEM no Nordeste estabelecem novos paradigmas na conjuntura nordestina. Devem afetar a hegemonia do PT na região. Reorganização política e partidária pela democracia.

Queda no financiamento para os mais pobres

DEPOIS do golpe jurídico-midiático-parlamentar, em 2016, o cenário econômico do país regrediu consideravelmente, especialmente para os mais pobres, inclusive com redução na garantia à moradia. Resultado do aumento da desigualdade de renda, alto índice de desemprego e crescimento do trabalho informal.

É o que mostra a análise feita pelo Observatório Brasileiro de Crédito Habitacional, realizada entre 2014 e 2018. Neste período,

os 10% da população mais pobre perderam, em média, 25,7% da capacidade de financiamento imobiliário.

Em 2014, no governo Dilma, o valor era de até R\$ 100 mil. Já em 2018, com Temer, conseguiam financiar apenas R\$ 74 mil. No caso dos 50% mais pobres, a perda foi de 10%. Por outro lado, o 1% da camada mais rica da sociedade só lucrou. A capacidade de financiamento para o grupo aumentou em 9,4%. Discrepância.



Depois do golpe, ficou mais difícil conseguir financiar a casa própria